

Mobilidade Estudantil Internacional: contributos para o desenvolvimento pessoal e formação acadêmico-profissional no Ensino Superior¹

Cinthia de Oliveira Santos Leal²
Universidade Federal de Pernambuco
cinthiaufpe@hotmail.com

Kátia Maria da Cruz Ramos³
Universidade Federal de Pernambuco
katiamcramos@gmail.com

Resumo

A mobilidade estudantil internacional vem ganhando espaço, seja do ponto de vista de oportunizar ao estudante em formação ampliar seus horizontes, seja por representar um elemento de peso na avaliação institucional no quadro da importância do item internacionalização nas políticas de ensino superior. Nesse quadro, vem sendo observado um crescente fluxo de estudantes da graduação sendo encaminhados ao exterior para efetuar parte dos seus estudos numa instituição estrangeira. No entanto, embora seja fato este fluxo, pouco se sabe da repercussão do intercâmbio na formação do estudante. Por tal razão, reconhecendo a pertinência de tratar de contributos do intercâmbio, o presente artigo congrega dados de uma pesquisa realizada com tal propósito – desenvolvida junto a egressos e estudantes do curso de Pedagogia que participaram do Programa de Mobilidade Estudantil Internacional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E as informações obtidas, recolhidas através de documentos que constam no acervo da Coordenação de Cooperação Internacional (CCI) da UFPE e da aplicação de questionário aos participantes da pesquisa, advogam pela importância do intercâmbio, em termos de contributo para o desenvolvimento pessoal e formação acadêmico-profissional do estudante, bem como permitiram identificar aspectos que podem contribuir na avaliação e aprimoramento do Programa na UFPE, no contexto de ratificar a pertinência do intercâmbio ao possibilitar alargar a visão de mundo do estudante em formação.

Palavras-chave: Mobilidade estudantil internacional. Intercâmbio. Internacionalização.

Introdução

A mobilidade estudantil internacional vem ganhando espaço, seja do ponto de vista de oportunizar ao estudante em formação ampliar seus horizontes, seja por representar um elemento de peso na avaliação institucional no quadro da importância do item internacionalização nas políticas de ensino superior.

É no âmbito desse movimento que o presente estudo se insere, tendo por base uma experiência na Coordenação de Cooperação Internacional (CCI) na Universidade Federal de

¹ A apresentação deste trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio a Eventos no Exterior.

² Pedagoga, Assistente em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desenvolvendo atividades profissionais na Coordenação de Cooperação Internacional (CCI).

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da UFPE, membro do Núcleo de Formação Continuada Didático-Pedagógica dos Professores da UFPE (NUFOPE) e membro colaborador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Universidade do Porto (U.Porto).

Pernambuco (UFPE). E o texto congrega um primeiro item que trata da pertinência da mobilidade estudantil internacional. Em seguida foca a internacionalização da UFPE, notadamente ressaltando o Programa de Mobilidade Estudantil Internacional. A terceira parte consiste em tratar do Programa de Mobilidade Estudantil da UFPE na sua relação com experiências de estudante do curso de Pedagogia. Por fim, nas considerações finais, ressaltase a importância do intercâmbio para o desenvolvimento pessoal e formação acadêmico-profissional do estudante – indiciando contributos para a avaliação e aprimoramento do Programa de Mobilidade Estudantil da UFPE, no contexto de ratificar a pertinência do intercâmbio do ponto de vista pessoal, profissional e institucional.

1. Mobilidade Estudantil Internacional: um debate em processo de ampliação

O fenômeno da globalização tem demandado da sociedade em geral novas posturas com relação à construção do conhecimento e ao mundo do trabalho. Essa realidade tem afetado as universidades, no contexto da sua missão de produção e disseminação do conhecimento, além do “desenvolvimento pleno do ser humano em sua dimensão social, preparando-o para o enfrentamento dos constantes desafios de adaptação e capacitando-o no domínio das novas situações exigidas aos profissionais da era pós-industrial” (Stallivieri & Monteiro, 2005, p. 98).

Nesta perspectiva, faz-se necessária, cada vez mais, a formação de profissionais capacitados e qualificados para as demandas de um mundo onde as fronteiras não são mais obstáculos. Assim, estar atento e aberto a essas mudanças é condição primordial para ser inserido e se manter no mercado de trabalho, notadamente no sentido do que a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO (2003) aponta para o fato de que “a força de trabalho se torna cada vez mais uma força de trabalho de conhecimento, que necessita adquirir treinamento mais avançado, com atualização e retreinamento constantes por toda a vida” (p. 100).

Em decorrência de tais mudanças, observa-se que a partir dos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, a internacionalização do ensino superior no Brasil tem se acentuado “alicerçada na criação de um mercado internacional do ensino e na crescente globalização das políticas educacionais” (Ramos, 2009, p. 20), provocando debates no meio acadêmico, através de congressos e seminários nos quais são abordados aspectos políticos, estratégias, fortalecimento do ensino e da pesquisa e ainda as vantagens e desvantagens de se inserir e se efetivar nessa forma de troca de conhecimento.

Tal movimento é interpretado por Gornés (2001) como reflexo de um processo de internacionalização. E corroborando com essa visão Lima (2010) afirma que “internacionalizar-se se tornou imprescindível para a universidade brasileira porque permite a possibilidade de igualar-se qualitativamente às melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras” (p. 2).

Nesse quadro, a cooperação entre universidades pode ser realizada de várias formas. Entre elas destacam-se as referenciados por Gazzola (2006) no que concerne à “criação e fortalecimento de blocos regionais, diplomas compartilhados, acolhimento mútuo de alunos, na graduação e na pós-graduação, colaboração científica, tecnológica ou cultural, nas áreas as mais diversas, acordos a propósito de patentes, equipes conjuntas de pesquisa” (p. 53).

Por tal razão uma das principais atividades dos escritórios de Relações Internacionais das universidades é o intercâmbio ou a mobilidade estudantil que “é aquela na qual o aluno matriculado em uma universidade permanece por alguns meses em uma instituição parceira de ensino superior, tendo os créditos cursados transferidos para a sua instituição de origem” (Ramos, 2009, p. 29), através de um prévio contrato de estudos certificado pela instituição parceira após a realização do programa.

No caso das universidades, o movimento de mobilidade estudantil surge com o intuito de “estabelecer uma amplitude nas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica para a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios do novo milênio” (Stallivieri, 2004, p. 38), além de ampliar acordos interinstitucionais.

No entanto, embora os estudos consultados apontem para uma crescente demanda e oferta, pouco se sabe da repercussão da experiência de intercâmbio na formação acadêmica do estudante. Inclusive, no contexto desses estudos existe uma tendência a se tratar de políticas ou da caracterização da condição sócio-econômica de estudantes que participam do intercâmbio e um limite relativo a processos avaliativos da experiência do estudante, principalmente no que diz respeito a processos avaliativos tanto do ponto de vista da pertinência da continuidade institucional da internacionalização, por essa via, como do ponto de vista de contributos para a formação acadêmica – seja na reinserção, seja para o desenvolvimento pessoal-profissional.

Essa situação tem vindo a ser comprovada através da experiência na Coordenação de Cooperação Internacional da UFPE, diante do fato do movimento avaliativo limitar-se a aplicação de um questionário – cujos dados são pouco valorados como elemento de revisão do intercâmbio. Outro fato que atesta tal condição é a vivência junto a colegas cuja participação

no intercâmbio acadêmico aponta para a pertinência de uma avaliação do contributo da experiência para a formação acadêmica, notadamente no que diz respeito aos elementos que possam contribuir no processo de reinserção do estudante em sua unidade de origem.

Tendo por base essas experiências, o presente estudo teve como propósito de conhecer contributos do Programa da Mobilidade Estudantil Internacional para estudantes do curso de Pedagogia da UFPE - no sentido de identificar aspectos que venham a depor sobre a pertinência do intercâmbio na sua relação com a ideia base do referido Programa.

2. Internacionalização da UFPE e o Programa de Mobilidade Estudantil Internacional

Com o intuito de incluir a universidade na nova era da sociedade “global”, a UFPE não ficou excluída do processo de internacionalização do ensino superior. Segundo Monteiro (2007), em 1998, a partir de duas avaliações externas realizadas na instituição, uma pelo Conselho de Reitores Europeus e outra pela *Middle States Association*, foi criada a Coordenação de Cooperação Internacional (CCI), ligada diretamente ao Gabinete do Reitor.

A partir dessas avaliações e com a criação da CCI, a UFPE em 1999 enviou o primeiro estudante da graduação para o exterior, especificamente para a Inglaterra para realizar parte dos seus estudos. A partir daí, progressivamente, foram enviados e recebidos estudantes para realizarem estudos na modalidade chamada intercâmbio ou ainda Programa de Mobilidade Estudantil Internacional, através de convênios institucionais firmados. E este Programa apresenta uma tendência crescente no sentido de ampliação do número de estudantes atendidos bem como no que diz respeito ao contingente de países envolvidos, conforme consta na Tabela 1.

Tabela 1 - Mobilidade de estudantes da graduação da UFPE ao Exterior – por país de destino

País	Nº de estudantes	País	Nº de estudantes
1º - Espanha	332	Canadá	9
2º - Portugal	327	Itália	9
3º - França	223	Holanda	6
4º - Alemanha	167	Japão	2
5º - Inglaterra	33	Suécia	2
Estados Unidos	28	Noruega	1
Chile	12	Peru	1
Bélgica	10	Rep. Tcheca	1
		Suíça	1

Fonte: Coordenação de Cooperação Internacional da UFPE (ago. 2011)

No rol dos vinte cursos que mais contam com participantes do Programa de Mobilidade Estudantil Internacional observa-se uma acentuada participação de estudantes do Curso de Direito, de Arquitetura e Urbanismo e de Administração e uma participação mais limitada de estudantes do Curso de Geografia, História, Pedagogia, Turismo e Biomedicina.

3. Programa de Mobilidade Estudantil da UFPE na sua relação com experiências de estudantes do curso de Pedagogia

Ao analisar o banco de dados da CCI, identifica-se o registro de estudante do curso de Pedagogia a partir de 2004 no programa de mobilidade estudantil internacional. De 2004 até o primeiro semestre de 2011, vinte e dois estudantes do curso de Pedagogia participaram desse programa.

O que chama atenção é que, apesar de ter passado cinco anos para integrar-se ao Programa de Mobilidade Estudantil Internacional, o curso vem alterando essa condição ocupando a posição de 16º colocado entre aqueles que realizam o programa, juntamente com os cursos de Geografia e História.

Uma questão que vem sendo um entrave para ampliar a participação de estudantes é a situação sócio-econômica. Isto porque a falta de financiamento para os programas de intercâmbio constitui um problema, tal como afirma Stallivieri (2004), deixando “uma lacuna entre as oportunidades e o número de candidatos com potencial de imergir numa experiência internacional” (p. 38)., Nesse sentido, envidar esforços para ampliar essas oportunidades de intercâmbio e buscar recursos para que mais estudantes participem do Programa deve ser um dos elementos para uma política estratégica de internacionalização, além de outros fatores.

Detalhando o foco de interesse deste estudo, passa-se a tratar das experiências de estudantes do curso de Pedagogia da UFPE que participaram do Programa de Mobilidade Estudantil Internacional. Iniciando por situar que do total de vinte e dois estudantes, dois do sexo masculino e vinte do sexo feminino, informa-se que dezesseis foram para universidades portuguesas, quatro para instituições francesas e dois para instituições espanholas. E ressalta-se que do questionário enviado eletronicamente para esses vinte e dois estudantes, para ser respondido no período de julho-agosto/2011, apenas treze se pronunciaram e os dados aqui considerados dizem respeito a um contingente de 59% do universo de participantes do Programa.

Tal questionário congregou quinze questões distribuídas em cinco eixos: a) desenhar o perfil do estudante que participou do programa de mobilidade estudantil internacional; b) identificar como chegou para o estudante a informação sobre a possibilidade de realizar um

período de estudos no exterior; c) identificar o que motiva o estudante a buscar essa modalidade de estudos; d) identificar as vantagens e desvantagens de participar da mobilidade estudantil internacional; e) encontrar elementos na experiência de estudantes do curso de Pedagogia da UFPE que contribuam para subsidiar uma avaliação do Programa da Mobilidade Estudantil Internacional.

No que diz respeito à caracterização contou-se com a participação de doze sujeitos do sexo feminino e um do masculino. Esse resultado já era o esperado haja vista que o curso de Pedagogia é na sua maioria representado por estudantes do sexo feminino. E quanto à faixa etária observa-se que a maioria realizou o intercâmbio entre 18 e 22 anos (38,5%).

No que diz respeito à instituição de destino a grande maioria dos estudantes seguiram a tendência de ir para países cujo idioma seja próximo da língua portuguesa. Acredita-se que a preferência por essas instituições se deve ao não domínio de outros idiomas e a oferta de bolsas de estudos para aquele país, como por exemplo, as Bolsas Luso-Brasileiras ofertadas pelo Santander Universities.

Dos treze estudantes, 61,5 % correspondem àqueles que foram sem bolsa e 38,5% foram financiados pelos pais/familiares ou trabalharam no exterior.

No que diz respeito ao acesso à informação sobre o programa de mobilidade estudantil internacional constata-se, a partir da leitura dos dados recolhidos, que a informação mais eficaz, no caso da mobilidade estudantil, é a indicação de colegas. Faz-se necessário uma maior divulgação dos programas existentes na UFPE a partir de palestras, *folders*, participação da Cooperação Internacional em eventos destinados aos estudantes da graduação, entre outros.

Quanto às motivações para participar do programa de mobilidade estudantil internacional, os estudantes enumeraram com maior frequência os seguintes itens:

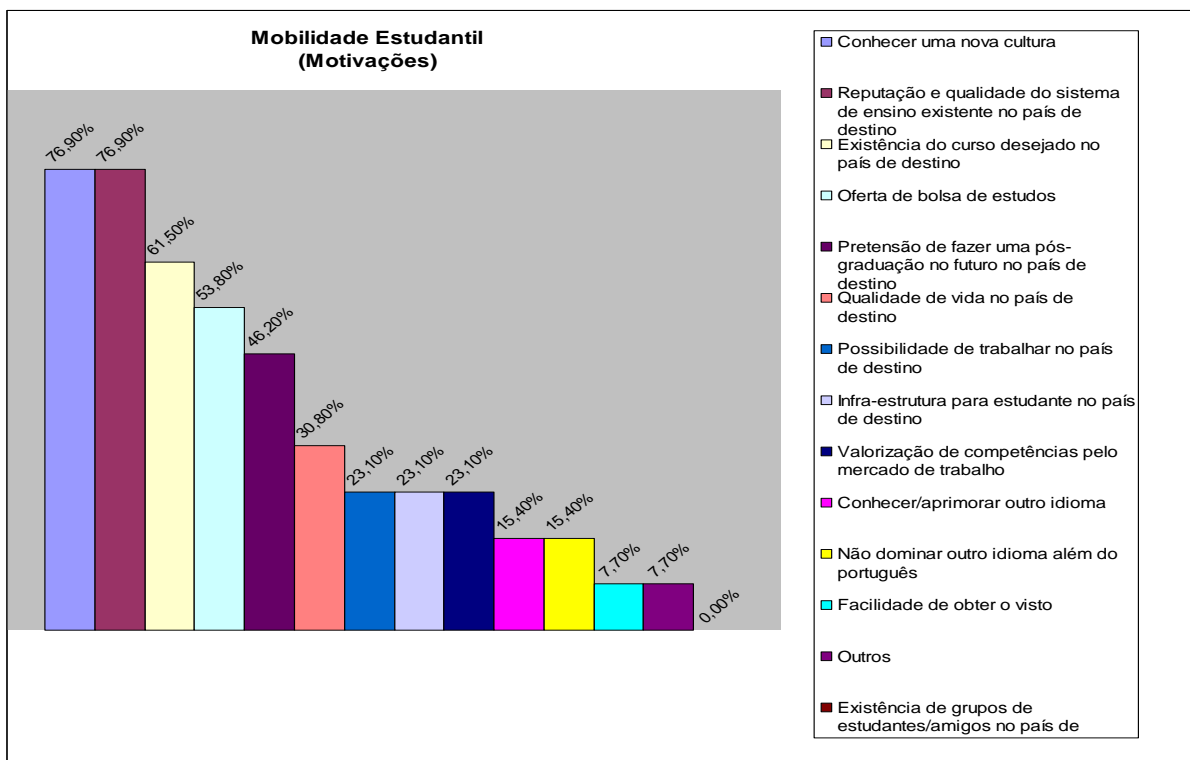
Tabela 2 – Motivações para participar do programa de mobilidade estudantil

Motivações para o programa de mobilidade estudantil internacional	% respostas
Conhecer uma nova cultura	76,9%
Reputação e qualidade do sistema de ensino existente no país de destino	76,9%
Existência do curso desejado no país de destino	61,5%
Oferta de bolsa de estudos	53,8%
Pretensão de fazer uma pós-graduação no futuro no país de destino	46,2%
Qualidade de vida no país de destino	30,8%
Possibilidade de trabalhar no país de destino	23,1%
Infra-estrutura para estudante no país de destino	23,1%
Valorização de competências pelo mercado de trabalho	23,1%
Conhecer/aprimorar outro idioma	15,4%
Não dominar outro idioma além do português	15,4%
Facilidade de obter o visto	7,7%

Esses dados remetem a considerar o estudo desenvolvido por Larsen e Vincent-Lancrin (2002), onde identificam que a procura por uma educação internacional por parte de estudantes universitários, depende de uma grande variedade de fatores. No caso a seguir é destacado alguns considerados relevantes:

- a) **Socioculturais:** língua do país de destino; proximidade cultural e geográfica entre o país de origem e de destino; existência de grupos de estudantes originários do país de origem, no país de destino; qualidade de vida no país de destino: clima, atividades culturais e turísticas, etc;
- b) **Acadêmicos:** diversidade de oferta de programas e cursos pelo sistema de educação do país de destino; reputação e percepção de qualidade do sistema educativo existente no país de destino e dos estabelecimentos educacionais, em relação ao país de origem;
- c) **Econômicos:** ligações econômicas pré-existentes entre os países que exportam e que acolhem estudantes; existência e acesso à infra-estrutura destinada a estudantes estrangeiros: seguro de saúde, alojamento, restaurante universitário, cursos de língua, etc; valorização das competências desenvolvidas pelas instituições do país de origem;
- d) **Administrativos:** equivalência do diploma expedido pelo país de origem, no país de destino; possibilidade de estudantes estrangeiros terem acesso aos cursos desejados no país de destino; validação do diploma expedido pelo país de destino, no país de origem; facilidade de obter o visto de permanência no país de destino.

Tendo por base esse estudo de Larsen e Vincent-Lancrin (2002) e considerando os dados recolhidos, apresenta-se o seguinte Gráfico:



No contexto desse gráfico observa-se que os aspectos socioculturais, acadêmicos e econômicos predominam entre as escolhas dos estudantes de Pedagogia no que se refere à

motivação para participar do programa uma vez que as opções que tiveram um maior percentual de escolhas foram: conhecer uma nova cultura; reputação e qualidade do sistema de ensino existente no país de destino; existência do curso desejado no país de destino; oferta de bolsa de estudos; pretensão de fazer uma pós-graduação no exterior.

Observa-se que os aspectos socioculturais prevalecem quando os estudantes são questionados sobre a vantagem de realizar a mobilidade estudantil. Estar inserido numa outra cultura foi o aspecto mais citado pelos estudantes. Acredita-se que tal resposta seja de fundamental importância para a formação do pedagogo, tendo em vista que na prática da sua profissão estará sempre em contato com diferentes culturas, raça, etnia.

Outro fator que chama a atenção é a limitada opção pelo currículo como elemento de relevância para participação no intercâmbio pelos sujeitos. Principalmente tendo em conta as exigências do mercado de trabalho contemporâneo e também ser um dos fatores que mais mobiliza os demais estudantes a saírem de suas instituições de origem para uma instituição estrangeira. Talvez em outros cursos esse fator seja essencial para o deslocamento, mas para os estudantes de Pedagogia, essa questão não foi tão valorada como uma vantagem.

No que diz respeito às desvantagens identifica-se um percentual significativo relativo a não identificação de desvantagens, bem como o atraso no curso como uma desvantagem.

A partir das respostas dos estudantes infere-se o quão importante é o apoio da instituição, desde o envio até o retorno do estudante. O apoio institucional pode gerar segurança como também, não havendo esse acompanhamento, pode trazer ônus, uma vez que o estudante pode atrasar o seu curso no retorno à UFPE. Ora, se a mobilidade estudantil tem como premissa o estudante cursar disciplinas no exterior e retornar à sua universidade de origem e ter os créditos reconhecidos, não faz sentido a não equivalência de disciplinas. Entende-se que deve haver uma reflexão por parte dos coordenadores de curso sobre a possibilidade de cursarem disciplinas que não são ofertadas na UFPE, pois a diversidade de currículos pode ser considerada como algo enriquecedor.

No que diz respeito a outras possibilidades advindas do intercâmbio, os estudantes aproveitaram a possibilidade para realizarem outras atividades no país de destino (exemplo: atividade física, cursar línguas estrangeiras, participar de aulas de canto, dança e teatro, trabalho voluntário com idosos). A experiência permitiu a participação em atividades extracurriculares, principalmente eventos científicos e publicação internacional.

Paralelamente ao programa de mobilidade estudantil, os intercambistas viajaram por outras cidades e países europeus, além de alguns terem trabalhado para complementar a renda.

Com relação à avaliação do Programa de Mobilidade Estudantil Internacional feita pelos estudantes, inferiu-se que ainda há muito que se fazer para aprimorar e melhorar o intercâmbio, apesar de 38,5 % afirmarem que não há desvantagem em participar do Programa. É pertinente salientar ainda que 15,4% das respostas apontaram para um retorno tranqüilo à UFPE pelo fato de ter optado por não realizar a equivalência/dispensa de disciplinas.

Diante desses dados entende-se que a política de internacionalização da Universidade Federal de Pernambuco, a partir do observado através dos estudantes do Curso de Pedagogia, vem apontando para a pertinência de ser de fato algo intrínseco na sua cultura no sentido de “gerar um conjunto de ações e mecanismos articulados em consonância com os objetivos institucionais” (Stallivieri, 2004, p. 61).

Principalmente no sentido da importância e de aperfeiçoar os serviços da Cooperação Internacional, em termos de possibilitar profissionalizar o atendimento aos estudantes “investindo na qualificação dos recursos humanos, através do oferecimento de curso de capacitação, desenvolvimento de pessoal, qualificação em línguas estrangeiras, participação em encontros que tratem de propostas de mobilidade internacional, etc.” (*ibidem*, p. 91), fazendo-se ainda necessário, tendo por base os dados recolhidos, que haja maior articulação entre a Cooperação Internacional, a Coordenação do Curso (neste caso o curso de Pedagogia), os funcionários técnico-administrativos e os estudantes envolvidos no processo para que não haja prejuízo no que concerne à vida acadêmica.

4. Considerações Finais

Retomando o ponto de partida que deu origem ao estudo, a experiência junto à Coordenação de Cooperação Internacional na UFPE e convívio com colegas que participaram de intercâmbio, observou-se que o que motiva o estudante a procurar participar do Programa de Mobilidade Estudantil Internacional são aspectos socioculturais, acadêmicos e econômicos. Notadamente no que se refere a conhecer uma nova cultura, reputação e qualidade do sistema de ensino no país de destino, pretensão de fazer uma pós-graduação no país de destino e a oferta de bolsa de estudos.

Com relação às vantagens, observou-se que aspectos socioculturais prevalecem. O contato com outras culturas é considerado o mais importante pela maioria dos estudantes. No que concerne às desvantagens, um expressivo percentual apontou a não identificação delas, porém as questões acadêmicas, principalmente a reinserção ao curso e a não equivalência de disciplinas no retorno, prevalecem entre as demais.

Com relação aos contributos para a formação do estudante de Pedagogia, constatou-se que a sua participação possibilita não só atender as exigências contemporâneas do mundo do trabalho e da sociedade, como também favorece a construção da cidadania desse estudante quando o mesmo tem o privilégio de durante a sua graduação não só conhecer a diversidade sociocultural e regional do seu país, mas também de conviver com pessoas de vários países.

Nesse caso, observou-se uma efetivação de proposições do intercâmbio indiciando que a UFPE não descuida da dimensão ética e política da formação profissional, para além de alinhar e agregar à produção de conhecimento e da técnica valores para a formação de indivíduos sociais críticos e reflexivos.

Ao olhar para o Programa de Mobilidade Estudantil Internacional, através da avaliação realizada pelos sujeitos inquiridos, pode-se afirmar ainda que alguns aspectos necessitam ser incrementados para que o estudante tenha um suporte maior na sua ida ao exterior e, sobretudo, no seu retorno. Alguns ajustes devem ser realizados para o seu aprimoramento, principalmente, no que concerne a uma política institucional direcionada para tal fim.

Ou seja, os dados apresentados apontam para que haja uma maior reflexão por parte da Coordenação de Cooperação Internacional e dos Coordenadores de Curso com relação ao retorno do estudante, bem como um diálogo mais aprofundado com relação ao currículo, pois entende-se que as contribuições do Programa de Mobilidade Estudantil estão ligadas ao fato do estudante poder cursar disciplinas no exterior que possam ser aproveitadas – seja como equivalente a outra disciplina, seja como disciplina eletiva. E, caso seja inviável estes dois formatos, talvez caiba sugerir como alternativa considerar as disciplinas cursadas como equivalente a carga horária complementar. Fato que, por possibilitar agregar ao histórico escolar disciplinas não ofertadas na UFPE, poderá representar um enriquecimento para a sua vida acadêmica e profissional.

Diante do exposto constata-se que é de fundamental importância expandir a oferta de bolsa de estudos e realizar uma maior divulgação das possibilidades de intercâmbio entre a comunidade acadêmica para que mais estudantes possam participar do programa. Sendo imprescindível tornar mais conhecida a Mobilidade Estudantil Internacional, através de uma divulgação mais sistemática, realizando palestras ou seminários sob a responsabilidade da Coordenação de Cooperação Internacional em parceria com as coordenações de cursos, tendo como um dos elementos de base a socialização de experiências dos próprios estudantes que estão na UFPE realizando ou que já realizaram o intercâmbio em outras instituições.

Isso posto resta explicitar a importância de investir nessa temática para além dos contributos imediatos do ponto de vista da formação acadêmica, especialmente quando se considera o intercâmbio no contexto da compreensão de internacionalização como um elemento que possibilita vivenciar a dinâmica *uno e diverso* que caracteriza uma formação universitária.

Referências

Gazzola, Ana Lúcia (2006). Conhecimento e globalização. In Ana Lúcia Gazzola, Ana Lúcia & Sandra Almeida (Orgs.). **Universidade: cooperação internacional e diversidade** (pp. 49–54). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Gornés, Luis (2001). Que hace internacional a la universidad? **Revista Cooperación Académica**, 1 (3), 1–2. Recuperado em 21 de Outubro, 2011, de <http://www.uia.mx/web/files/BoCooAca/CooperAcademica03.pdf>.

Larsen, Kurt & Vincent-Lancrin, Stéphan (2002). Le commerce international de services **d'éducation**: est-il bon ? est-il méchant ? **Politiques et gestion de l'enseignement supérieur**, 14, 9–50. Recuperado em 29 de Abril, 2011, de www.cairn.info/revue-politiques-et-gestion-de-l-enseignement-superieur-2002-3-page-9.htm.

Lima, Suzana (2010). **A gestão de programas de mobilidade acadêmica internacional no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior**. Monografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

Monteiro, Suzana (2007). Introdução: a Emergência da Cooperação Internacional Acadêmica no Brasil. In Suzana Monteiro & Marcos Oliveira (Orgs.). **Cooperação Internacional Acadêmica. Experiências e Desafios** (pp. 21–29). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

Ramos, Viviane (2009). **Perfil e Motivações dos estudantes Participantes do “Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação” da UFMG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Stalivieri, Luciane (2004). **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educs.

Stalivieri, Luciane & Monteiro, Suzana (2005). Diagnóstico do Quadro Atual das Estruturas de Relações Internacionais Acadêmicas. **Educação Brasileira**, Revista do CRUB, 27 (55), 1–32.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2003). **Conferência Mundial sobre Educação Superior +5**, Paris, 2003. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. Anais. Brasília: UNESCO Brasil, SESU.